



Governo do Estado do Amapá

Ata da 3ª Audiência Pública para Apresentação do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE), realizada no dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e quatro, na Escola Estadual Vidal de Negreiros, no Município de Amapá.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro às nove horas e vinte e três minutos, na Escola Estadual Vidal de Negreiros, no Município de Amapá, reuniram-se as autoridades e demais participantes para a realização da Terceira Audiência Pública com o Tema: Apresentação do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE). O Mestre de Cerimônias desejou boas-vindas a todos, agradeceu a presença de todos que estavam acompanhando esta solenidade, seja presencialmente, remotamente ou pelos canais de comunicação. Em seguida, convidou o **Grupo de Marabaixo da Escola Veiga Cabral** para realizar uma apresentação. Para compor a **Mesa de Honra**, o Mestre de Cerimônias convidou o Secretário Adjunto de Planejamento do Estado do Amapá, o senhor **Luiz Otávio Campos**, representando o Governador Clécio Luís; o promotor do Ministério Público do Estado do Amapá – MPAP, o senhor **Hélio Paulo Furtado**, representando o Dr Paulo Celso Ramos; a Deputada Estadual, senhora **Dayse Marques**, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá - ALAP; o prefeito do município de Amapá, o senhor **Carlos Sampaio**; o vice-prefeito de Tartarugalzinho, o senhor **Javã Castanho**, representando o prefeito Bruno Mineiro; o Chefe Geral da Embrapa/AP, senhor **Antônio Cláudio Almeida**, a senhora **Juliete Bramorski**, representando a UNIFAP, o Diretor-Presidente do IEPA, senhor **André dos Santos Abdon**; senhora **Débora Thomaz**, Secretária de Meio Ambiente do Estado do Amapá, Secretário de Meio Ambiente do Município de Amapá, o senhor **Alexander Pinheiro Melo**; professor **Aristóteles Viana**, representando os pesquisadores do ZEE; representando a Sociedade Civil, senhor **Chico Nogueira**; o Deputado **Paulo Nogueira**, Secretário de Pesca do Estado do Amapá; o Vereador **Dorival dos Santos**, a senhora **Laurinea Costa**, representando o prefeito de Calçoene. O Mestre de Cerimônias fez o registro de outras autoridades presentes. Em seguida, dando início a **Primeira Etapa** da Audiência Pública, passou-se para o momento que os integrantes do dispositivo fizessem suas considerações. O senhor **Antônio Cláudio de Almeida**, Chefe Geral da EMBRAPA saudou a todos os presentes e cumprimentou de forma especial todos da Mesa de Honra. Externou a sua satisfação em participar do evento e reforçou que a Embrapa era parceira do Governo do Estado. Discorreu sobre a colaboração do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA nos estudos dos elementos físicos no que tangia a parte de vegetação e solo. Ressaltou que o



Governo do Estado do Amapá

Zoneamento Ecológico-Econômico era importante para identificar as potencialidades e normatizar aquilo que a sociedade teve como adequada para o uso. Disse que queria ouvir a comunidade, para que todas as necessidades pudessem serem compreendidas e solucionadas. Salientou que havia muitas opções econômicas, mas que também, o Município de Amapá era o que mais precisava de alternativas econômicas. Falou sobre a potencialidade da área pecuária, na qual era uma vertente importante e precisava de uma atenção diferenciada. Disse que a Embrapa tinha um estudo da região de cerrado, na qual tinha bastante água e apresentou uma alternativa. Pontuou que a região era certamente de cerrado, com a savana mais chuvosa do mundo, fazendo da palmeira uma alternativa, pois era uma árvore que precisava de muita água. Com isso, disse que era importante pensar no açaí como uma alternativa importante, pois havia uma empresa que apresentava cerca de dois mil hectares de açaí, e também, que haviam outras empresas realizando estudos das áreas de plantio em outras regiões do estado. Proferiu que os empresários precisavam de mais conhecimentos, pois o cultivo era diferente. Disse que estava trazendo no final do mês de junho do presente ano o Chefe da Embrapa Cerrado, para que pudesse conhecer melhor as potencialidades da região e, enxergava como uma alternativa para a geração de empregos para a comunidade. Reforçou que estava à disposição para ouvir a população e agradeceu. Ato contínuo, o Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA, senhor **André dos Santos Abdon**, cumprimentou todos os presentes. Disse que era muito bom estarem em um projeto que começou há muitos anos e que finalizava com uma audiência pública que correspondia aos municípios da Região dos Lagos e de Oiapoque. Disse que o ZEE era uma importantíssima coleta de dados que já dizia a preocupação com a economia, mas primeiramente visando à questão ambiental, o respeito pelo meio ambiente como uma das bandeiras de maior importância do Brasil e do mundo. Pontuou que o ZEE era uma busca de conhecimento de tudo que envolvia o Estado do Amapá. Agradeceu pela oportunidade e importância visualizada pelo Governador em dar prioridade de terminarem o zoneamento neste ano e que o IEPA e demais parceiros (ALAP, SEMA, EMBRAPA) - destacando a audiência que se realizaria na ALAP - e enfatizando que estavam lapidando as informações colhidas com órgãos de Governo e disponibilizando conhecimento. Disse que gostaria de pedir que os alunos ficassem ali até o final, pois seria uma aula com muito conhecimento sobre todas as matérias da programação escolar. Ressaltou que, ao final, teriam um debate e que os estudantes também participariam, pois faziam parte da sociedade civil organizada. Parabenizou ao Governo do Estado, todos os envolvidos e, em especial, técnicos e pesquisadores. Torceu para que tudo desse certo e que o Amapá fosse receptor de investimentos importantes que mudariam a vida da população do Estado. Agradeceu pela oportunidade e encerrou a sua fala. Ato contínuo, o Mestre de Cerimônias fez alguns agradecimentos e registros de presença. Em seguida, o Mestre de Cerimônias registrou a presença de autoridades em bloco. Posteriormente, o Secretário de Pesca do Estado do Amapá, senhor **Paulo Nogueira** cumprimentou todos os



Governo do Estado do Amapá

presentes. Disse que este evento era muito importante, pois o Governador Clécio Luís tinha trabalhado para garantir a proteção jurídica ao Zoneamento Ecológico-Econômico, trabalho no qual desenvolveria o Estado do Amapá, trabalho que estava sendo feito com responsabilidade e comprometimento. Destacou a importância dos alunos estarem presentes, para que pudessem entender o futuro desenvolvimento econômico, mas que ainda precisava ser destravado. Salientou que era importante a presença do povo, pois era preciso criar uma união e a partir dela trabalhar nas políticas públicas para atender as pessoas que delas precisavam. Externou sua satisfação em participar desta presente audiência. Reforçou que a política do Governo do Estado estava unida e trabalhando em conjunto para o desenvolvimento do Estado do Amapá. Na sequência, a palavra foi concedida ao Professor Coordenador dos Estudos do ZEE, senhor **Aristóteles Viana**. O professor Viana cumprimentou todos os presentes. Agradeceu ao Governador Clécio, aos gestores da SEPLAN, ao Presidente do IEPA André Abdon e, especialmente ao corpo técnico presente, aos parceiros da EMBRAPA, da UNIFAP e ao professor Jurandyr Ross pela brilhante condução dos trabalhos. Agradeceu a todos demais e encerrou a sua fala. Ato contínuo o Excelentíssimo Vice Prefeito do Município de Tartarugalzinho, senhor **Javã Castanho** deu bom dia a todos os presentes. Falou que este evento era importante para suprir as necessidades do estado, e que foram trabalhadas por todos os órgãos públicos unidos. Cumprimentou de forma especial todos que faziam parte da Mesa de Honra. Salientou que o estado tem crescido e que, tinha acompanhado diariamente a saída da mão de obra dos jovens por falta de oportunidades. Disse que era necessário buscar alternativas do Zoneamento Ecológico-Econômico para inicialmente fortalecer o setor produtivo. Salientou que a Região dos Lagos era uma região importante para o Estado do Amapá e que era necessário a região unida. Pontuou que a Região dos Lagos era uma região diferenciada, com muitas oportunidades. Salientou que precisavam exatamente do Zoneamento Ecológico-Econômico para que tivesse a oportunidade de produzirem e trabalharem o desenvolvimento da região. Agradeceu. Neste momento, o Mestre de Cerimônias convidou para fazer parte do Dispositivo da Mesa de Honra o senhor **Antônio de Souza Pinto**, Prefeito do Município de Calçoene. Ato contínuo, foi convidado a falar o Prefeito do Município de Amapá, o senhor **Carlos Sampaio**. O Prefeito cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a Deus pela vida e cumprimentou, especialmente os membros do dispositivo de Honra. Disse que a Universidade Federal Rural da Amazônia, a UNIFAP e a UEAP estavam em uma grande parceria. Falou da importância do ZEE e que era uma fotografia do espaço do Estado e, acima disso, uma homenagem aos homens e mulheres que estavam na grande empreitada de fazer o retrato do Estado para que pudessem ser tomada as melhores decisões para investimentos e preservação ambiental. Ressaltou que o Estado tinha a maior preservação de cobertura vegetal do país, mas que era preciso pensar no desenvolvimento econômico da sociedade. Disse que 73% do Estado era preservado com reservas ambientais e questionou o quê isso representava em termos de desenvolvimento econômico, pensando nas gerações futuras e sem



Governo do Estado do Amapá

deixar de aproveitar os recursos minerais, vegetais e de pesca (grande potencial da região) que ainda não se traduzia em desenvolvimento social e econômico para a sociedade. Disse que, a partir do momento em que o ZEE trazia condições para tomar decisões sobre a implementação de práticas no Estado, seriam capazes de gerar emprego e renda e desenvolver o Estado e seus municípios. Disse que o documento ainda aceitava contribuições e que era preciso se manifestar. Falou que a pesca no Amapá era praticamente artesanal, que outros Estados se apropriavam da atividade e que a maior parte das embarcações pesqueiras não chegava a 5 toneladas, nem conseguia adentrar o Estado. Disse que era preciso pensar numa pesca, mineração e agropecuária fortes e que essa era a importância do ZEE em mapear o Estado e fazê-lo forte, um lugar em que todo mundo se enxergasse e não tivesse vontade de deixar. Destacou que a Bancada Federal do Estado era muito forte e que Senadores e Deputados lhes representavam muito bem e pensavam no desenvolvimento dos municípios, apontando que não existia um Estado forte com municípios fracos. Disse que o municipalismo forte era feito com a participação de todos. Desejou uma boa audiência a todos e encerrou a sua fala. Seguidamente, o Excelentíssimo Prefeito de Calçoene, senhor **Antônio de Sousa** cumprimentou todos os presentes e fez cumprimentos especial a todos os responsáveis pela realização desta audiência. Discorreu sobre as limitações da área do parque, na qual a cooperativa ficava na sua divisa. Disse que havia uma preocupação da área ser invadida e que não havia uma recompensa para esta vigilância. Externou sua preocupação pela mineração ter sido pouco mencionada. Salientou que a classe do garimpo não tinha a devida atenção, fazendo com o que a cooperativa não avançasse e, fazendo com o que os garimpeiros partissem para ilegalidade, levando todos os bens que seriam de direitos do estado, municípios e união. Disse que não era a favor da mineração ilegal e sim, da mineração responsável. Proferiu que era necessário a criação de políticas públicas para amparar os garimpeiros que trabalhavam com máquinas, e que não era necessário haver as destruições dos seus equipamentos. Falou que defende a mineração pois era garimpeiro, mas que os garimpeiros só serviam para encontrar o ouro, pois as grandes mineradoras acabava ficando com todos os recursos. Reforçou que as autoridades precisavam incluir a mineração no relatório, pois ela era pouco mencionada. Disse que haviam mais de cinco mil garimpeiros que morreram devido a malária e outras doenças e que, eram seres humanos que precisavam de um aparato. Falou que as ONG's ficam com todos os recursos e tratavam os garimpeiros de forma desrespeitosa. Reforçou que o garimpeiro não era bandido, e sim, um ser humano que trabalhava para sustentar a sua família. Discorreu sobre os agricultores, pescadores e garimpeiros, salientando que foram as três classes que mais sofriam, pois as pessoas que delas faziam parte, não tinha os estudos completos. Falou sobre a sua trajetória antes de se tornar Prefeito e ressaltou que os alunos tinham todo o seu apoio. Pediu para que as autoridades que incluíssem a mineração no seu relatório, pois se não fosse dessa forma o garimpo ilegal ainda aconteceria, pois os garimpeiros precisavam sobreviver. Disse que queria que os garimpeiros fossem tratados



Governo do Estado do Amapá

de forma digna através das cooperativas, para que cada um tivesse um amparo e conseguisse fazer o seu garimpo com responsabilidade. Pontuou que era inviável empregar todos, e por isso que haviam várias outras atividades como açaí e pesca. Ressaltou que estava desvinculando a Secretaria de Pesca da Secretaria de Agricultura, pois a pesca precisava de mais apoio, assim como a agricultura. Agradeceu. Neste momento, o Mestre de Cerimônias convidou para fazer parte do Dispositivo da Mesa de Honra o Excelentíssimo Deputado Estadual **Jesus Pontes**. A seguir, a palavra foi concedida ao senhor **Chico Nogueira**, representante da sociedade civil organizada. Ele cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a Deus. Cumprimentou, especialmente, os seus amigos garimpeiros e do segmento mineral. Disse quealaria especialmente aos representantes da SEMA e do Governo Estadual presentes. Pediu que não tivessem medo da mineração. Disse que todo o processo era planejado e feito com responsabilidade do início ao fim. Pediu aos Deputados Estaduais que tivessem um olhar especial para o setor de produção, pois o Estado precisava ser desenvolvido. Disse que tinham um Estado rico com pessoas pobres e que essa era uma responsabilidade da gestão pública. Disse que tinha a certeza de que aquele era um governo da esperança e que via com muito compromisso o desenvolvimento do Estado, com políticos bem intencionados. Disse aos políticos que não tivessem medo da mineração e que tinham condições de construir uma nova política pública adicionada de responsabilidade em detrimento das áreas que seriam degradadas. Disse que não faltavam leis, mas sim vontade política. Destacou que o evento estava encerrando com chave de ouro a caminhada de construção do ZEE e pediu que a ALAP adicionasse aquilo que ainda não estava contemplado no relatório. Disse que conversariam com os Deputados, que o Estado estava fazendo a parte dele e que buscariam tirar todas as dúvidas da classe política para que acreditassem que o Amapá poderia ser próspero e muito rico. Agradeceu ao Governo por fazer a sua parte e disse que não acreditava que o projeto poderia dar certo em seu início, mas que foi surpreendido. Agradeceu e encerrou a sua fala. Em seguida, o Excelentíssimo Secretário Adjunto de Planejamento do Estado do Amapá, senhor **Luiz Otávio Campos** saudou a todos os presentes. Pontuou que o que deveria ser privilegiado, era o debate. Agradeceu a oportunidade por estar no referido município para a realização da terceira Audiência Pública. Salientou que era uma audiência simbólica, pois o Município de Amapá já tinha sido a capital do antigo território do estado. Ressaltou que era um grande estudo e realizados por grandes pesquisadores do estado, no qual mostrava as potencialidades e fragilidades para que o desenvolvimento sustentável fosse alcançado. Falou que o Amapá não sustentava mais a política do contra cheque e que era preciso pensar em outra matriz econômica para o Estado do Amapá. Pontuou que o Amapá era o estado mais preservado do Brasil, com cerca de 73% de preservação legal. Disse que era motivo de orgulho e queria manter o estado como primeiro lugar na preservação. Proferiu que cerca de 70% da população estava vinculada a uma transferência da União ou do estado e que era preciso haver uma mudança e, por isso, a necessidade e importância do Zoneamento Ecológico-Econômico, pois ele orientaria as áreas



Governo do Estado do Amapá

que apresentavam o maior potencial de produção. Disse que uma vez que o Zoneamento Ecológico-Econômico fosse aprovado, teria um aumento de produtividade, escala e de produção agrícola. Pontuou que a aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico era prioridade para o Governador Clécio Luís, pois era a partir deste ponto que procurariam o desenvolvimento nas potencialidades de produção. Salientou que o setor minerário estava bem representado e organizado, e reforçou que esta audiência era o local para o debate. Reforçou que via com bons olhos a realização da presente audiência e que era importante os alunos estarem presentes, pois acompanhariam as aulas dos profissionais. Agradeceu. Neste momento, o dispositivo de honra foi desfeito e teve início a **Segunda Etapa** do evento. Ato contínuo, o Mestre de Cerimônias convidou a coordenadora da UGPE da SEPLAN, senhora **Maria Cecília Soares da Costa Faro**, para fazer a leitura das regras de participação da audiência pública. Com a palavra, o professor e pesquisador **Paulo Sérgio Ferreira da Silva**, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, cumprimentou todos os presentes. Deu as boas-vindas ao público e disse que conversariam um pouco sobre a construção do trabalho do Zoneamento Ecológico Econômico, sobre a metodologia utilizada, toda a base legal, bem como sobre os resultados obtidos. Relatou que foi realizada uma integração dos dados e que chegaram a definir as zonas e suas diretrizes, além das potencialidades e limitações para todas elas. Destacou que o trabalho do ZEE iniciou-se por volta de 2019 e que por ele passaram muitos pesquisadores, técnicos e Secretarias de Estado. Prosseguiu afirmando que, quando se falava sobre o ZEE, era importante caracterizá-lo como um instrumento composto por uma gama de informações que continham direcionamentos temáticos e auxiliavam o Governo na tomada de decisão. Destacou que o ZEE do Amapá traria contribuições sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico sustentável, um anseio de todos. Apresentando as informações em slides, pontuou que o ZEE trazia consigo um banco de dados gigantesco com mapeamentos e informações que, posteriormente, poderiam ser normatizadas, transformadas em leis ou em decretos que serviriam para gerenciar situações específicas do território, tais como o ordenamento territorial, a gestão e a construção de políticas públicas. Afirmou que essa era a finalidade do instrumento e que ele serviria para apoiar todo esse desenvolvimento no Estado. Reiterou que ele foi “a várias mãos”: por entes do Governo Federal – ressaltando que o Ministério do meio ambiente esteve representado na primeira audiência pública; pelo Governo do Estado do Amapá, por meio de suas Secretarias; pelos municípios do Estado, que receberam visitas da equipe de pesquisadores na fase de planejamento; pela sociedade civil; pelo setor privado, pela academia (universidades e institutos de pesquisa) e pelas entidades de classe, todos fazendo com que o documento fosse extremamente democrático desde o início de sua concepção. Referindo-se ao conteúdo dos slides, apontou a base legal e metodológica do trabalho, detalhando que se falava em zoneamento no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 e que o último documento que tratava sobre o assunto era o Código Florestal, datado de 2012, e que estabelecia que todos os Estados



Governo do Estado do Amapá

deveriam ter o seu ZEE pelo menos na escalada de 1 para 250.000. Sobre o Amapá, relatou que a história do ZEE começou por volta de 1991 na própria Constituição do Estado, em seu Artigo 311. Acrescentou que o Decreto nº 277 de 1991 também estabelecia o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico e que, posteriormente, surgiriam outras atualizações a respeito, apontando para o Decreto nº 9.371 de 2023 como o último dispositivo legal que tratou do assunto no Estado. Passando para a parte metodológica de construção do ZEE, relatou que os regramentos estabeleciam três etapas importantes – planejamento, diagnóstico, prognóstico – além de uma quarta etapa fundamental: a implementação. Sobre o planejamento, mostrou que ele também se dividia em três etapas importantes: a articulação institucional e administrativa – em que foi feita a prospecção de parceiros para a construção do ZEE; a elaboração do Projeto do ZEE e o levantamento de demandas da sociedade, que ocorreu em todos os municípios do Estado. Ressaltou que todos os 16 municípios foram visitados nesse período e que, dessa atividade, resultou uma fotografia do Estado. Apontou para algumas imagens nos slides que mostravam essas visitas e a assinatura simbólica do acordo de prestação de serviço para iniciar o zoneamento em 2019. Remetendo aos slides, apresentou imagens dos municípios de Tartarugalzinho, Pedra Branca, Vitória do Jari, Porto Grande, Calçoene, Ferreira Gomes e Pracuúba, ressaltando que todos os outros também tinham sido contemplados. Partindo para a etapa de diagnóstico – que caracterizou como a coleta de informações e dados para o ZEE – disse que eram feitas duas atividades básicas: os estudos e o trabalho de campo e que esses dados haviam sido divididos em três conjuntos como requer a metodologia do ZEE. Explicou que o primeiro deles era o bloco de informações sobre a natureza, denominado meio físico-biótico; que o segundo bloco era o socioeconômico que trazia questões sobre a população e a economia dos municípios e que o terceiro bloco era o jurídico- institucional com regramentos e leis como, por exemplo, aquelas que definiam as unidades de conservação e as terras indígenas. Referindo-se a essas últimas, disse que elas tinham seus regramentos próprios e que, para não haver conflito de interesse e nem sobreposição de informações sobre esses territórios, era necessário fazer esse “dever de casa” e conhecer a organização legal desses aspectos. Pontuou que os três blocos de conhecimento geravam blocos de resultados sobre essas três temáticas maiores e que apresentaria uma parte desses resultados. Mostrando mapas do meio físico-biótico, disse que os pesquisadores entregaram basicamente relatórios técnicos e mapeamentos das diversas áreas do segmento: biodiversidade, clima, geologia, geomorfologia, hidrografia e vegetação do Estado. Acrescentou que, no total foram mais de 100 mapas temáticos produzidos. Sobre o bloco de diagnóstico socioeconômico, relatou que também foram entregues relatórios técnicos e mapeamentos sobre socioeconomia dos Municípios e do Estado como um todo, com dados da população total, do PIB, da aquicultura, do rebanho efetivo, da agroindústria, dos povos tradicionais, dos sítios arqueológicos, do uso da Terra e inúmeros outros que não couberam nas demonstrações em slides. Sobre o bloco de regramentos jurídicos e institucionais, anunciou que foram



Governo do Estado do Amapá

feitos mapeamentos relacionados à Zona Costeira Marinha, aos limites das áreas de conservação, sobre a faixa de fronteira, entre outros. Concluiu o tópico desses três grandes blocos dizendo que, posteriormente, eles seriam unificados e dariam origem à etapa de prognóstico - que representava a unificação dessa base de relatórios e mapas. Apontou que a etapa seguinte seria a de integração dos dados de diagnóstico socioeconômico, jurídico institucional e do meio natural. Mostrou um organograma da etapa de prognóstico e disse que, posteriormente, o professor Jurandyr explicaria aquela etapa. Disse que o resultado da integração dos dados foi um Relatório Executivo de aproximadamente 800 páginas e que, ainda assim, era um documento menor, sumarizado dado que só a primeira etapa do diagnóstico havia gerado mais de 3.000 páginas de resultado. Disse que ainda tentariam resumir um pouco mais esse relatório. Trazendo alguns números, disse que dentro dele havia centenas de mapas de síntese que davam uma ideia sobre as potencialidades e vulnerabilidades que o Amapá possuía. Remetendo-se aos slides, relatou que o documento continha as unidades ambientais, as unidades socioeconômicas e o mapa de zonas em si (que era criado na fase de prognóstico). Mostrou mais algumas fotografias da equipe responsável pelo relatório trabalhando na fase de etapa de integração dos dados em oficinas, seminários e reuniões técnicas. Trazendo mais números, apresentou um outro slide que continha informações de que foram realizadas mais de 80 reuniões técnicas, mais de 70 viagens a campo, mais de 100 mapas produzidos, todos os 16 municípios do Estado visitados, mais de 130 pesquisadores envolvidos diretamente na pesquisa científica e técnica e mais de 25 relatórios técnicos produzidos. Destacou que foram incluídos alguns estudos inéditos no ZEE do Amapá voltados para a arqueologia e para o patrimônio cultural, para os empreendimentos aquícolas e para os povos e comunidades tradicionais. Concluiu, agradeceu pelo tempo de fala e passou a palavra para o professor Jurandyr Ross. Posteriormente o Geógrafo formado pela Universidade de São Paulo, com Mestrado, Doutorado e Livre Docência em Geografia física pela mesma Universidade. Hoje é membro do conselho editorial da Revista do Instituto Florestal, Revista Brasileira de Geomorfologia e professor titular na USP – Professor **Jurandyr Ross** deu bom dia a todos os presentes e externou a sua satisfação por ter feito parte do trabalho técnico do Zoneamento Ecológico-Econômico, e pontuou que ingressou nos estudos com a finalidade de fazer um trabalho de integração dos dados. Salientou a importância de parabenizar as equipes técnicas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, da Embrapa e IEPA, que contribuíram diretamente com os estudos e levantamento temáticos, fazendo com o que a geração do zoneamento pudesse ser integrada. Salientou que o trabalho seguiu as fases apresentadas pelo Professor Paulo e que elas resultaram em um único produto: um relatório técnico-científico, acompanhado de mapas, gráficos e tabelas que permitiram uma proposição técnico-científica do uso do território de uma perspectiva de aproveitamentos adequados e sustentáveis de recursos naturais. Proferiu que o resultado diminuiria os “achismos” e que era necessário trabalhar com uma base técnico-científica e jurídica sólida em todos os desdobramentos



Governo do Estado do Amapá

posteriores. Pontuou que o trabalho veio de uma base sólida, na qual foi apresentada pelo Professor Paulo e que havia outras legislações correlatas dado que o Estado possuía diversas unidades de conservação e terras indígenas. Destacou sobre um grupo de trabalho que estava relacionado à sociodiversidade, e foi necessário estudos para que pudesse entender sobre o Estado do Amapá no último ano, a partir dos relatórios produzidos pela UNIFAP, IEPA e EMBRAPA. Pontuou que a Amazônia era vista como um todo na perspectiva da biodiversidade e que este fato não poderia ser tratado com negligência, devido as mudanças climáticas que o planeta enfrentava, sendo elas um processo natural ou intensificado pelas atividades humanas. Disse que o que importava era que essas mudanças eram apontadas desde as décadas de 80 e 90, e que o desenvolvimento econômico-social deveria ser pautado na sustentabilidade ambiental, considerando-se um tripé. Discorreu sobre a geodiversidade como parte não ligada ao meio natural e que dava suporte à fauna e a flora. Apresentou em slides as categorias de terras protegidas, sociodiversidade, biodiversidade e geodiversidade, enfatizando que afunilavam as informações para a realização de sínteses e que produzi-las não era um simples trabalho. Apresentou aspectos analisados como potencialidades social, vulnerabilidade social, potencialidades naturais e fragilidade potencial. Falou que, no período em que trabalhou no RADAM Brasil durante a década de 70, no qual foi feito um levantamento dos recursos naturais sem preocupações ambientais, pois o tema ainda não era a pauta. Considerou que o lado da natureza estava presente e que foi mapeado na perspectiva do seu potencial de uso. Relatou sobre a falta de preocupação da época sobre o que tangia a fragilidade do ambiente, mas que era preciso enxergar os dois lados, sendo eles: o potencial e a fragilidade. Ressaltou que a natureza exigia uma atenção diferenciada e citou os exemplos das enchentes ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul. Destacou a existência de riscos de desastres naturais com efeitos catastróficos no que envolviam questões humanas. Salientou que todas as questões climáticas e de solo de determinado território deveriam ser levadas em consideração antes de serem ocupados, fazendo com o que o planejamento do uso da terra fosse necessário. Retomando a sua apresentação por slide, pontuou que a combinação de fatores gerava as diversidades dos espaços territoriais e que o Zoneamento Ecológico-Econômico não era apenas um mapa, mas sim, recomendações de uso responsável na perspectiva de uso da terra, social e econômica. Em um próximo slide, foi apresentado a base teórica, no qual mostrou que o desafio em gerar produtos que permitissem uma sintetização posterior. Apresentou um mapa das unidades naturais que contemplava a preocupação com a dinâmica da atmosfera, hidrosfera, litosfera e que impactava um outro componente – a biosfera. Apontou, no mapa de suporte, as regiões mais atingidas e de maior cobertura florestal, e outras que possuíam maior ocupação humana e solos mais profundos. Proferiu que o Estado do Amapá era privilegiado em planícies costeiras e dinâmicas e apontou para as margens do Rio Jari e Rio Amazonas. Pontuou que era possível observar uma área mais florestada e antiga, uma área mais recente (os tabuleiros costeiros com as savanas) e planícies fluviais e marinhas, que



Governo do Estado do Amapá

eram as terras mais baixas, frágeis e frequentemente visitadas pela ação da água. Apontou que as planícies eram as mais afetadas por inundações quando a maré subia devido a chuva, voltando a exemplificar o desastre ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul e enfatizou que a água estava ocupando o seu lugar. Em seguida, o Professor abordou um outro mapa – que caracterizou como ousado devido aos domínios socioeconômicos do Estado. Ressaltou que 71% do Estado, segundo os novos dados apresentados pela EMBRAPA, estavam só domínio de unidades e 29% eram de terras livres de usos predestinados. Salientou que a savana e parte da planície costeira/marinha ocupava 29% do território, ressaltando que elas eram livres de legislação específica, mas que tinham várias outras regulamentações de uso. Posteriormente, apresentou um mapa das terras indígenas, as terras de proteção integral e as unidades de conservação voltadas para o desenvolvimento sustentável: a FLONA, FLOTA, as reservas extrativistas e agrícolas. Falou que o Estado do Amapá era complexo no que tangia a legislação relacionada ao uso e ocupação da terra. Disse que o desafio era trabalhar de forma digna, respeitando as questões ambientais. Lembrou sobre a realização da Conferência das Partes – COP, que será realizada no ano de 2025 em Belém do Pará, e que o Estado do Amapá não deveria apresentar os seus dados de redução da reserva legal para 50%, devido ao risco de o Brasil e o mundo inteiro acharem que o Estado estava fazendo uma “bobagem ambiental”. Pontuou a importância de adotar critérios para proceder com a redução da reserva legal que estava prevista em lei. Apresentou um mapa de integração dos sistemas socioeconômicos e naturais, pontuando as dificuldades em mapear de forma criteriosa – por meio da computação – as zonas existentes. Disse que o mapa era uma combinação das UC's, das terras indígenas, das condições da biodiversidade, geodiversidade e das condições da sociodiversidade. Salientou a preocupação por ter feito uma boa política socioambiental e tinham como critério para ordenamento do território os três ecossistemas (macrozonas): florestas, savanas, planícies costeiras e fluvial e que essas regiões subdividiam em razão das UC's, terras indígenas, assentamentos rurais de agricultura familiar e da ocupação do setor produtivo e urbano que se concentravam principalmente sobre os tabuleiros. Disse que todas as macrozonas eram sensíveis e que cada uma havia as suas devias peculiaridades. Pontuou o caso das terras de florestas, especificando cada uma das zonas: Floresta de Proteção Integral do Tumucumaque; Floresta de Proteção Integral do Jari; FLOTA do Amapá, especificando em que as últimas eram unidades ou zonas de desenvolvimento sustentável em que algumas atividades produtivas eram permitidas e outras não. Discorreu sobre a extração de toras, que presenciou ao longo de suas visitas ao interior do Estado do Amapá e que era uma atividade econômica bastante executada, mas que precisava de critérios. Retomando a sua apresentação do slide, fez a leitura das terras de floresta elencadas. Pontuou como diferentes categorias em que elas foram exploradas, que tinham as suas potencialidades e recomendações. Disse que se referia ao termo “recomendações” porque não poderiam impor o que deveria ser feito, mas sim, fornecer as bases técnicas que permitissem a



Governo do Estado do Amapá

melhor decisão. Fez uma apresentação sobre as terras de savanas (cerrado), que estavam localizadas nos tabuleiros e explicou que as regiões de tabuleiros tinham variações morfológicas e de solos locais, e disse que o solo do Estado do Amapá era do tipo plínticos – com bastante concreção ferruginosa e de difícil manejo partindo do ponto de vista da agricultura, sendo apto, talvez, para o uso da pecuária. Prosseguiu discorrendo sobre a savana sobre a sua destacou a área que estava na borda da Bacia Sedimentar da Amazônica, como a única que não estava em área de tabuleiro. Salientou que conhecia a região desde 1982, quando trabalhou no RADAM em escala de semidetalhe no mapeamento Baixo do Jari e comentou que visitou a área no ano de 2023. Pontuou que era uma área de savana de solo extremamente raso e pedregoso. Pontuou que era uma área de muitas chuvas, porém, com uma savana diferente das regiões de tabuleiros e era adaptativa a relevos mais aplanados e solos mais profundos. Salientou que havia condições de relevo no tabuleiro e que eram propícias à atividade agrícola mecanizada. Disse que algumas áreas eram de rugosidade topográfica denominada do tipo “vertentes muito inclinadas”, “cabeceiras de drenagem”, “baixios” nos quais não eram favoráveis à agricultura e deveriam permanecer em estágio de conservação. Discorreu sobre o Código Florestal, que apontou o percentual de preservação de 35% da savana nas propriedades rurais, áreas das quais eram mais frágeis e deveriam ser utilizadas como áreas para a sua reserva legal. Salientou que haviam áreas extensas de plantação de eucalipto no Estado do Amapá, situadas em regiões de tabuleiro costeiro e, que essa monocultura estava em solos que poderiam ser utilizados para a agricultura de grãos e que, a prática merecia ser repensada de forma a tornar o território mais produtivo. Apontou para as terras costeiras e ribeirinhas e que haviam condições diferentes, fazendo a leitura das diferentes planícies fluviais e marinhas do Estado do Amapá. Expôs que todas elas eram frágeis, mas que isso não significava que as pessoas deveriam serem retiradas desses locais, nem mesmo as atividades econômicas centenárias serem removidas, mas que não recomendava a intensificação ou ampliação do uso com o consequente aumento da concentração de pessoas. Falou sobre as Diretrizes Gerais e Específicas do Projeto, relatou que haviam 39 delas adicionadas no relatório, mas que separaram algumas por setor para exemplificar. Sendo a primeira delas a “Agricultura/Silvicultura/Pecuária”, nas quais passaram por aumentar a produção e a produtividade com práticas agroecológicas e sistema de produção integrado. Indicou esse setor como o mais delicado do Estado do Amapá, ressaltando que não estava dizendo que não deveria ser feita ou expandida a agricultura mecanizada, mas que era preciso adequá-la e seguir, como por exemplo, a aptidão agrícola do mapa da EMBRAPA. Em continuidade, fez a leitura no slide das diretrizes de mineração, indústria, turismo e energias alternativas. Indicou o setor industrial como extremamente deficiente no Amapá, ressaltando que muitos itens eram exportados e que era preciso pensar em uma alternativa de processar e enriquecer os produtos para exportação. Externou a sua vontade em ter conhecido a região da Serra do Navio no ano de 1970, na época da mineiradora ICOMI. Pontuou que a mineração era uma atividade importante e



Governo do Estado do Amapá

que tinha um impacto local, do qual no Brasil, pegava e transportava os produtos para exportação sem qualquer geração de resultados para os Estados em que eram executadas. Falou que o Estado precisava encontrar caminhos para as atividades de produção de produtos primários - vindos da agricultura, pecuária, extrativismo e do garimpo, passasse por uma etapa de elaboração e citou como exemplo de melhoria a exportação da pasta de celulose em vez de tocos de eucalipto. Ressaltou que não era possível pensar em um Estado cujo dinheiro era oriundo do salário de servidores públicos ou de ações do setor de educação, saúde e segurança, pontuando que 50% do PIB do Amapá vinha do dinheiro público. Salientou que o dinheiro público era necessário e importante, mas que não deveria ser a única fonte e que era necessário fazer com o que o setor produtivo fosse realmente produtivo – e não especulativo – com sistemas agrícolas engajados e vinculados a cooperativa ou empresas agroindustriais, como eram executados nos estados da região sul do país. Disse que quando pensavam nos assentamentos rurais de agricultura familiar no Amapá, notava-se que o produtor rural assentado não tinha não tinham que ter a terra em condições de relevo e de solos favoráveis, tecnologia para aumentar a sua produtividade e orientação técnica para melhorar a sua capacidade produtiva, mas que, o produtor precisava de garantia de mercado daquilo que produziria, ressaltando que não adiantava plantar e não ter para quem vender. Relatou que presenciou este devido acontecimento na década de 90 na região Transamazônica com “pilhas” de arroz e milho, que foram colhidas sem destinação para os seus compradores. Relatou a sua participação em uma banca de tese na UNESP de Prudente, em que presenciou uma fala de um professor sobre o Plano Safra, no qual, segundo o professor, relatava que ela prestigiava os produtores latifundiários e que os produtores assentados ou da agricultura familiar recebiam uma quantidade mínima. Reforçou que o investimento era quase de fundo perdido, pois não tinha retorno. Salientou que o país estava “explodindo” em energias alternativas, sobretudo com a fonte eólica do Nordeste e Rio Grande do Sul e, também, da fotovoltaica do Nordeste, Sudoeste, Sul e na Amazônia. Destacou sobre as diretrizes das condições de vida, ressaltando que as comunidades tradicionais estavam contempladas no relatório e salientou que os ribeirinhos tinham a própria cultura, e que deveriam ser incorporados a um sistema produtivo mais eficiente – sem que interferir na sua realidade. Classificou a necessidade da leitura do documento que possuía mais de 900 páginas, com as informações que ficariam disponibilizadas na internet logo após a aprovação da Redação Final, a fim de que todos pudessem ter acesso para pontuarem os pontos benéficos e prejudiciais do Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico. Apresentou os slides sobre as terras indígenas e mostrou exemplos das avaliações de potencialidades, fragilidades e realizou recomendações. Apontou em especial, as áreas dos assentamentos, que tinham um eixo na região da Serra do Navio e outro eixo no Município de Oiapoque. Comentou que visitou os dois municípios e surpreendeu-se pelas péssimas condições que estavam. Disse que eles receberam a terra e que grande parte dos assentamentos produzia em quantidades inferior devido a sua localização que eram em grandes



Governo do Estado do Amapá

florestas. Sugeriu que era preciso transformar os ambientes de assentamentos em regiões que valesse o sacrifício florestal e que, as áreas dos assentamentos de agricultura familiar fossem reduzidas de 80% para 50% de território, visando dar a maior visibilidade para solucionar problemas de mercado. Dado o limite de tempo do evento, agradeceu e encerrou a sua fala. Em seguida, o Mestre de Cerimônias convidou os senhores **Luiz Otávio Campos** e **Maria Cecília** para realizarem a condução dos trabalhos da audiência pública. Com a palavra, a senhora **Maria Cecília** anunciou que a próxima etapa de “**Perguntas e Respostas**” se iniciaria em breve e que os interessados em realizar perguntas ainda dispunham do tempo de dez minutos para se inscreverem. Adiante, agradeceu ao **Grupo de Marabaixo da Escola Maria Esmeralda** pela presença e lhes convidou a subir ao palco para a realização de uma apresentação da primeira composição de “Ladrão de Marabaixo” que concorreria futuramente, no dia 15 de junho, no Sexto Festival Cantando Marabaixo, no município de Ferreira Gomes. Logo após a apresentação, a senhora **Maria Cecília** convidou os professores e pesquisadores para que subissem ao palco e compusessem a Mesa de Honra. Dando início a etapa de “Perguntas e Respostas”, o senhor **João Paulo Cambraia e Castro** cumprimentou todos os presentes e agradeceu a Deus pela oportunidade de estarem em um evento tão importante. Iniciou a sua fala pontuando a questão dos créditos de carbono e da Lei Federal nº 14.119 de 2021 que tratava do pagamento por serviços ambientais. Disse que tinha uma preocupação sobre como o agricultor poderia acessar esse pagamento. Disse que, no passado, houve o início de um trabalho de cadastramento do Cadastro Ambiental Rural – CAR pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e do Programa Floresta +, criando a expectativa de que os agricultores seriam beneficiados pelos créditos de carbono. Acrescentou que não via o benefício chegando realmente a eles e que não tinham recebido nenhuma resposta do trabalho citado. Pontuou que faltava eficiência para que realmente pudessem acessar essa política. Em outro ponto, abordou o Plano Agrícola. Destacou que, em todas as falas anteriores, havia sido pontuada a necessidade de aumentar a produção no Estado e questionou de que maneira isso aconteceria, pois em um Estado com quase 36 anos ainda não existia o Plano Agrícola do setor primário. Relatou que essa foi uma das reivindicações feitas junto ao Governador do Estado e pediu que as autoridades presentes levassem essa cobrança a ele. Como outro ponto importante, citou que o órgão de assistência técnica estava fragilizado e que era preciso fortalecê-lo. Relatou que houve uma reunião entre o sindicato, a RURAP e um Deputado em que foi feita a promessa de uma emenda parlamentar para promover assistência técnica, mas que até o momento ela ainda não havia sido feita e que aguardavam esse tipo de apoio ao agricultor. Acrescentou que não era possível produzir sem serem assistidos e orientados quanto ao uso de tecnologia. Agradeceu e encerrou a sua fala. Em resposta, a pesquisadora **Drª Débora**, Analista de Meio Ambiente da SEMA, iniciou cumprimentando todos os presentes. Esclareceu que a lei de créditos de carbono era uma pauta distinta da lei de pagamentos por serviços ambientais. Destacou que os agricultores



Governo do Estado do Amapá

receberam a visita dos técnicos do CAR para o registro de todas as informações, mas que quem pagava a bolsa era o Programa Floresta + que integrava um dos programas do PNUD/ONU e que todo esse processo perpassava pela ONU, daí a causa da demora. Descreveu que os técnicos estiveram no município e, em seguida, o processo passaria pela análise do CAR e para o Projeto Floresta + e, finalmente, passaria por uma listagem junto à ONU. Reiterou que o processo levaria um tempo e que seria preciso aguardar. Agradeceu e encerrou a sua fala. Adiante, o professor **Marcelo Carim**, acrescentou que teve a felicidade de trabalhar em um grupo junto ao Instituto de Floresta do Estado que buscava entender o bioma floresta de terra firme e saber como seria possível projetar as equações para definição de biomassa e que aquele era um passo largo para a obtenção dos créditos de carbono. Destacou que o Amapá tinha essa vantagem porque já possuía a sua equação alométrica para validação dos créditos de carbono. Pontuou que havia vários regramentos para a obtenção de tais créditos – como estar incorporado ao Programa REDD+, estar de acordo com o Protocolo de Kyoto, dentre outros - e que eles eram condicionados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC. Disse que, a partir daí, é que seria possível obter os créditos, mas que ainda havia um detalhe importante: a concessão não se restringia a verificar apenas a existência de floresta, sendo necessário saber o que o Estado emitia e o que a floresta estaria capturando, com a finalidade de entender se ela seria suficiente para atender aos requisitos do Acordo. Acrescentou que era uma unidade fundamental entender como a floresta funcionava e que o Estado tomou essa prerrogativa para si e assumiu a responsabilidade de definir uma equação alométrica que permitia avaliar esse potencial de carbono dentro da floresta. Encerrou a sua fala. Adiante, o secretário **Luiz Otávio Campos** questionou se algum integrante da Mesa de Honra poderia contribuir com informações sobre o Plano de Agricultura do Estado. O professor **Marcelo Carim** disse que a ideia do zoneamento era baseada na forma como o professor Jurandyr Ross explicou, levando-se em conta os três pilares (social, econômico e ambiental). Adicionou que função do zoneamento era fazer essa classificação, realizar uma “radiografia” do Estado, demonstrando as suas potencialidades e fragilidades, bem como as possibilidades de uso do território. Sobre a política pública para o setor, pontuou que ela deveria estar adicionada a um programa de Governo, entendendo o setor primário como fundamental. Sobre o seu ponto de vista, pontuou que achava que o Estado do Amapá tinha uma situação estratégica e geograficamente bem situada, mas que precisava se vocacionar para as atividades do setor primário. Enfatizou que não adiantava o Estado estar próximo da Europa pelo Atlântico ou da América do Norte, se não estivesse vocacionado por meio de sua biodiversidade. Pontuou, ainda, que o ZEE não emitia opinião, as estabelecia cenários possíveis a partir de uma base metodológica muito consistente. Encerrou a sua fala. Em seguida, a **Drª Débora** retomou a palavra para dizer que a cultura do ZEE estava se pautando na agricultura de baixo carbono e que este era um ditame do Governo Federal para o trabalho que precisava ser enxergado de outra forma, partindo do



Governo do Estado do Amapá

pressuposto de que era necessário produzir com sustentabilidade. Remetendo-se à fala do professor Marcelo Carim, reiterou que o zoneamento não tinha o papel de dizer o que seria feito ou não em cada área e que essa determinação viria encaixada dentro do plano de Governo já com uma preocupação voltada para a produção com sustentabilidade. Ato contínuo, a senhora Maria Cecília convidou o senhor Isaías Cardoso, Secretário de Agricultura do município de Tartarugalzinho, para realizar o seu questionamento. Ato contínuo, o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município de Amapá, senhor **Jó de Sousa Cirilo** deu boa tarde a todos os presentes e agradeceu a oportunidade. Disse que a ideia era o desenvolvimento da região dos lagos e parabenizou a equipe. Pontuou que a regularização fundiária era um gargalo, e ressaltou que estava em defesa do agricultor, pois estavam abandonados dentro dos assentamento e que existia uma cobrança muito grande para que ele pudesse produzir, porém, ele não tinha como acessar os seus recursos. Salientou que o INCRA abandonou os agricultores e que, os próprios agricultores cobravam as prefeituras dos municípios, mas que não eram todas as prefeituras que tinham que resolver todos os problemas dos assentamentos, mas sim, o INCRA que deveria estar na ação para ouvir o agricultor e executar um planejamento. Pediu, em nome da Deputada Estadual Dayse Marques e do Deputado Estadual Jesus Pontes, para que os Deputados apoiasse a causa juntamente dos agricultores, na luta da regularização. Agradeceu. Em resposta, o Pesquisador e Coordenador de Regularização Fundiária e Representante do Amapá Terras, senhor **Arilson Teixeira** saudou todos os presentes. Pontuou que a situação gira em torno do documento da terra, era a partir dele que o agricultor poderia ter acesso a créditos. Falou que o documento da terra era o ponto onde queriam chegar, e que haviam Municípios como o de Tartarugalzinho e Amapá, com áreas de assentamentos muito grandes e que era realmente necessária a participação do INCRA, já que era uma área em que já havia uma destinação e precisava ser cuidada para gerar benefícios aos municípios. Salientou que já estavam trabalhando nas áreas fundiárias desde quando começou o repasse das terras. Pontuou que a grande gleba Amapá Grande já era do Estado do Amapá e estavam fazendo ações de regularização apresentadas na AGROPESC do ano anterior e que, no presente ano, foram feitas vistorias e assim que tiverem novos processos, continuariam fazendo ações e liberando documentos. Destacou que o primeiro registro, Declaração de Reconhecimento de Posse – DRP passa por eles e ressaltou que devido a uma correção no sistema interno, conhecido como SICAF, já começariam a emitir títulos. Salientou que em questão dos assentamentos, o INCRA deveria se fazer presente e sobre a área fundiária, o Estado tinha atuado incessantemente com as atividades de ações para abrir processos e entregar documentações aos produtores rurais. Posteriormente, o Deputado **Jesus Pontes** acrescentou que o modelo de assentamento era um grande equívoco. Pois ele não regulava, apenas entregava um lote de terra para alguém que não seria dono. Disse que haviam 56 assentamentos no Estado do Amapá e, tirando o Assentamento Maraca, que estava prosperando por conta do Manejo Florestal Sustentável, todos os outros eram “favelas



Governo do Estado do Amapá

rurais” e estavam abandonados e que não era responsabilidade dos Governos Municipais e do Governo do Estado, pois a terra continuava sendo federal. Pontuou que foi criado um modelo no qual representava que a partir do momento em que era feito o assentamento, a pessoa poderia produzir, e assim, não ocorria a entrega de infraestrutura, energia, posto de saúde e etc. Falou que era por esse motivo que estava lutando para que fosse transferido para o Amapá pelo menos dois milhões de hectares com a lei nº14004. Disse que o Município de Porto Grande foi o que mais produziu devido a colonização que ocorreu no município na época da mineradora ICOMI, na qual precisava produzir alimento para a produção de minérios no Município de Serra do Navio. E com isso, avançou o processo de produção rural no Amapá, mais especificamente em Porto Grande. Disse que se precisava lutar pela emancipação de assentamento, para que fosse dado o direito ao pequeno produtor que queria produzir. Ressaltou que o Governo Federal precisava compensar o Estado do Amapá e os amapaenses. Falou que era contra a aquisição de novos assentamentos, pois o governo não dava a devida atenção. Reforçou que era preciso lutar juntos pela emancipação e pelos 2.2 milhões de hectares, que poderiam ser o celeiro da Amazônia. Destacou que era uma mentira quando era apresentando em Brasília que tinha sido realizada uma regularização fundiária no Estado do Amapá, e que não deveriam aceitar. Pediu apoio da ciência para auxiliar no desenvolvimento econômico-social do estado através dos meios de produção, substituindo 3 bilhões de reais que poderiam ter sido produzidos no Amapá em produtos como a mandioca e a carne de frango, e que poderia ter sido feitos nos assentamentos dos municípios. Reforçou que era necessário lutar pela regularização fundiária. Pontuou que existem pessoas na Amazônia que queriam viver e por isso, era preciso investir e avançar nessa questão. Agradeceu. Com a palavra, o senhor **Isaías Cardoso** cumprimentou todos os presentes. Pontuou sobre a existência da Floresta Estadual do Amapá - FLOTA e disse que precisavam avançar na produção agrícola, mas que enfrentavam barreiras. Relatou que descobriu, recentemente, por intermédio do Cadastro Ambiental Rural – CAR, que muitos produtores que moravam há 40, 50 anos na região e que, inclusive, possuíam os títulos da terra foram fazer o seu cadastro e descobriram que a FLOTA estava sobre as suas terras. Apontou o fato como um problema muito sério no município de Tartarugalzinho. Perguntou se os pesquisadores diagnosticaram nesse levantamento que a FLOTA está em cima dos produtores daquela região, pessoas com títulos definitivos da terra (datados do ano de 1976) em áreas nas quais a FLOTA estava se sobrepondo. Relatou que, em um levantamento recente feito no município de Tartarugalzinho (voltado para a concessão florestal), foi diagnosticado que pessoas residiam em área de FLOTA e que se tratava do contrário: a FLOTA é que residia em cima das pessoas. Reiterou que gostaria de saber se essas informações haviam sido levantadas e inseridas no Relatório do ZEE, questionando o que o Estado faria para resolver esse problema criado por ele mesmo. Disse que tinham esperança de que o Estado resolvesse porque a população era a base política em relação ao Governo e ele havia sido eleito para solucionar a questão.



Governo do Estado do Amapá

Afirmou que o estudo do ZEE era fundamental para que a solução ocorresse, pois, caso contrário, iriam na contramão dos governantes e seguiriam avançando ainda mais. Pontuou que não eram contra a FLOTA, mas que ela precisava respeitar os produtores locais. Concordou com a fala do Deputado Jesus Pontes e o parabenizou pela explanação, ressaltando que faziam parte de um setor produtivo fundamental para os municípios e que sobrevivia sem ajuda. Reiterou a pergunta sobre o que o Estado faria para resolver a questão, agradeceu e encerrou a sua fala. Em resposta, o pesquisador **Aristóteles Viana** apontou que havia uma recomendação no Relatório do ZEE para a revisão do Plano de Manejo, mas que também achava que seria preciso rever o projeto de criação da FLOTA e seus limites no Estado e que esse ponto deveria ser acrescido ao relatório. Com relação à regularização de terras na FLOTA, **outro pesquisador** respondeu que, no ano de 2023, o Instituto de Terras, instigado pela população, fez uma minuta de Decreto de regulamentação de imóveis na FLOTA que foi encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado – PGE. Segundo ele, a PGE indicou que aquela não seria uma atribuição do Instituto de Terras, mas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e fez um indicativo de que o processo deveria se iniciar por lá dado que, como gestora, a Secretaria deveria fazer um levantamento dos ocupantes da terra e se eles estavam de acordo com o Plano de Manejo. Pontuou que daí partia o apontamento do pesquisador Viana sobre a realização de uma redefinição tanto do Plano de Manejo quanto dos limites de terra. Acrescentou que já estava em conversa com a SEMA e com o Amapá Terras com o intuito de iniciarem as discussões sobre como seria feita a regularização dos imóveis de acordo com o Plano de Manejo. Disse que, de imediato, não existia a possibilidade de titulação e sim de procederem com a emissão de uma CDRU – Concessão de Direito Real de Uso, um documento similar ao título, mas que não se tratava de titulação plena. Pontuou que seria necessário fortalecer essa conversa inicial que a PGE precisaria dar corpo ao texto do Decreto e estabelecer como os demais procedimentos seriam feitos. O Deputado **Jesus Pontes** acrescentou que, em semanas anteriores, havia ocorrido uma audiência pública na Assembleia, motivada pelo Deputado R. Nelson e que, na discussão e nas semanas seguintes, todos os Deputados se comprometeram com a criação de uma Comissão para rediscutir essa questão. Acrescentou que, em 2006, a FLOTA foi criada “a toque de caixa” sobre terra pública federal. Disse não se lembrar se, dentro das glebas que foram georreferenciadas e transferidas em maio de 2022 para o Amapá, a FLOTA estava inclusa. Ressaltou que esse fato de o Amapá ter criado uma floresta estadual sobre terras federais criou uma celeuma e ninguém conseguia entender juridicamente como licenciar a produção nesses locais. Destacou que, dentre as áreas atingidas estavam a BR-156 e todo o município de Oiapoque, praticamente. Disse que buscariam solucionar essa situação dentro da Assembleia Legislativa, colocou-se à disposição e pediu aos pesquisadores que, se pudessem, respondessem quais glebas estavam dentro da FLOTA e que haviam sido transferidas para o Estado, pois elas é que passariam pelo processo comentado entre a SEMA, a PGE e o Amapá Terras. O **pesquisador**



Governo do Estado do Amapá

respondeu ao Deputado que a maioria das glebas que coincidiam com a FLOTA haviam sido transferidas para o Estado, citando como exemplos: Água Branca, Água Fria, nas regiões de Pedra Branca do Amapari e de Serra do Navio. Descreveu que a maior parte da gleba de Água Branca, da região do Cachaço para cima era de FLOTA e que havia um pequeno corredor entre o ramal que entrava no Município de Serra do Navio e o ramal do Cachaço, pontuando que nesse espaço não seria possível trabalhar de imediato. Citou que, no Instituto Amapá Terras, deveria ter por volta de 100 processos abertos no SICAF para regulação fundiária que estavam em área da FLOTA e que não poderiam ser movimentados. Relatou que tinham cerca de 1400 processos desse tipo abertos e que, deles, cerca de 100 eram do tipo que ele mencionou e não poderiam ser movimentados. Disse que teriam que cancelar esses processos e esperar o Decreto com novas orientações sobre como a concessão das terras deveria ser feita. Reafirmou ao Deputado que áreas da FLOTA já haviam sido repassadas para o Estado e que, nesses casos, poderiam pensar em como fazer. Não persistindo mais a situação de que em áreas de FLOTA haviam glebas de origem federal, destacando as regiões em que a situação ainda não havia sido solucionada, como: Matapi I, Matapi – Curiaú -Vila Nova, Rio Pedreira, a Uruguinha e Jupati. Acrescentou que Uruguinha e Jupati estavam na margem e que muito de seu território seria consumido por área da SPU. Apontou que o município de Amapá tinha uma área alagada muito grande e teria uma área afetada por área da SPU na mesma proporção. Nesses casos, apontou que os moradores dessas regiões deveriam iniciar o processo de regularização por meio das SPUs. Reiterou que já havia muitas glebas transferidas que estavam sobre a FLOTA e encerrou a sua fala. Seguidamente, o Secretário de Meio Ambiente do Município de Tartarugalzinho, senhor **Claudir Luís** Deu boa tarde a todos os presentes. Direcionou a sua pergunta aos membros da EMBRAPA. Falou sobre a questão do plantio de soja, no qual havia cerca de novecentos mil a um milhão de hectares catalogados só de cerrado, e dessa quantidade, tinha em médio quatrocentos mil hectares aptos a plantio de soja. Questionou sobre de que forma o Zoneamento Ecológico-Econômico poderia atuar no quesito do plantio de soja. Em resposta, o **Pesquisador** disse que dos quatrocentos para a agricultura, somente duzentos e quarenta mil hectares aptos para a produção, pois a AMCEL tinha quase 160 mil hectares ocupadas com eucalipto. Falou que não era contra a soja e que a soja deveria ser adicionada na cadeia e, utilizada de forma ecologicamente correta. Agradeceu. Em resposta, o Pesquisador Antônio Cláudio relatou que a alguns anos atrás a soja seria predominantemente abordada nas audiências. Falou que quando a discussão da soja veio para o Estado do Amapá, criou-se um ambiente desfavorável, porque acreditavam que o grão não traria benefícios para o estado. Relatou um fato em que vivenciou na oportunidade em que esteve Secretaria de Meio Ambiente, no qual questionou um excelente geógrafo, chamado de Aziz Ab'Saber, sobre a forma que o geógrafo enxergava a soja no Estado do Amapá. Ressaltou que a resposta de Aziz Ab'Saber foi que o Estado do Amapá tinha a melhor área para o plantio de soja do Brasil e, portanto, seria um



Governo do Estado do Amapá

equivoco não viabilizar a soja no Estado do Amapá. Pontuou que havia pesquisas em Cayena estudando a questão do cerrado na Amazônia e estava claro: a mata vai invadindo o cerrado. Disse que naturalmente o cerrado se transformou em mata. Pontuou que a soja era estratégica para o Amapá e que, quando se iniciou a produção no estado, as primeiras áreas de soja foi no Estado do Pará. Ressaltou que a soja do Amapá foi um dos pontos providenciais para que a agricultura do Pará fosse viabilizada. Reforçou que o ZEE garantiria áreas de reserva legal e segurança jurídica para que o agricultor pudesse produzir. Salientou que o ZEE seria extremamente importante para a soja no estado e que deveriam deixar isso muito claro no ZEE. Agradeceu. Acrescentando, o Professor **Jurandyr Ross** Falou que o cerrado e a savana do Amapá era diferente da que tinha no Centro-Oeste. Pontuou que quando se dava ênfase a agricultura de grãos, não estavam abordando somente a soja, mas sim, o feijão, o milho e entre outros. Falou que a preocupação central era a criação de sistemas integrados e citou o exemplo do Estado do Paraná, onde as propriedades eram pequenas, algo em torno de 20 a 50 hectares, e que funcionava muito bem a agricultura mecanizada de grãos, sobretudo de soja. Salientou que cada lugar e região haviam cooperativas agrícolas, e o Estado do Paraná possuía cerca de mil e duzentas cooperativas agrícolas. Falou que tudo funcionava na base da cooperativa agrícola. Reforçou que não era desejável para o Estado trazer grandes produtores de soja como acontece no Sul do Piauí, no Sul do Maranhão, no Oeste da Bahia e Centro-Oeste, não sendo convenientes grandes propriedades, e pontuou que cinquenta hectares estava de bom tamanho, pois o grande produtor não mora no Estado e investe apenas na sua terra com a mão de obra barata porque era tudo mecanizado. Relatou que visitou uma fazenda no Oeste da Bahia de cinco mil hectares e que haviam apenas três funcionários. Questionou sobre a produção, da qual era produzida e encaminhada para os portos, e reforçou que não era esse modelo que queria para a soja – num estado pequeno que tem área muito restrita de agricultura mecanizável. Destacou que era um modelo que se assemelhava mais com o Estado do Paraná e falou que interessava em internalizar a tecnologia, a produção e a verticalização da produção, desde que o dinheiro seja investido na região para movimentar o comércio, a indústria e os serviços. Agradeceu. Seguidamente, a Pesquisadora e Professora **Cláudia** comentou que o grande problema da soja e da monocultura como um todo, era que trazia uma vasta área para somente um dono. Relatou sobre a área onde foi criada de pequenos agricultores e relatou sobre as cooperativas que vendiam as terras e muitos dos pequenos agricultores ficaram apenas com a parte ruim disso. Reforçou que era importante pensar no que o Professor Jurandyr Ross falou, era importante pensar que o Estado do Amapá era iniciante e não tinha um histórico de monocultura extensa com grandes detentores de terra. Ressaltou que a pequena agricultura dividia mais e possibilitava pensar de forma coletiva. Agradeceu. Em seguida, o **Pesquisador** disse que a área mínima de produção de soja era em torno de dez hectares e, por hectare, a soja produzia cerca de três toneladas. Disse que o ZEE conseguiu capturar o perfil espacial dentro da paisagem e que era em torno de



Governo do Estado do Amapá

quatrocentos mil hectares, sendo duzentos e quarenta mil de uso direto e cento e sessenta mil sobre propriedade privada e que poderiam serem estimulados plantios de soja. Falou que o ZEE fez um retalho dentro deste ambiente e classificou terras da seguinte forma: terras boas para o cultivo, terras não próprias para o cultivo, terra apropriada para capim, milho, soja e etc. Reforçou que esta era a função do ZEE, no qual era um instrumento de uso e ocupação de solo e seu ordenamento. Discorreu sobre o processo de entregar o instrumento para que Poder Público pudesse tomar a decisão mais assertiva de acordo com os anseios sociais. Destacou que a agricultura era importante em todos os seus segmentos seja ela da agricultura familiar, de grande precisão ou grande agricultura. Pontuou que o ZEE tinha base instrumental para trabalhar, base essa, que não havia antes, e reforçou que a segurança jurídica foi fundamental para que isso ocorresse. Falou que era preciso entregar ao estado este instrumento consolidado. Reforçou que os duzentos e quarenta mil hectares poderiam ser utilizados de qualquer forma, da preferência do produtor. Disse que procedimentos agrícolas era diferente, como por exemplo, manter o cultivo de soja determinadamente e que deveria haver uma rotação de cultura, e reforçou que isto era uma condição técnica e não uma condição de política instrumental, mas que o ZEE era sim, uma condição política instrumental. Reforçou que era importante para que a discussão não fosse direcionada de forma equivocada. Agradeceu. Posteriormente o Secretário de Pesca, senhor **Paulo Nogueira** saudou todos os presentes. Contribuiu com a fala do Professor Jurandyr sobre a produção de sistema integrado. Falou que ICOMI levou toda a produção da região e não fez uma siderúrgica para que o ferro fosse produzida no Estado. Citou a sua visita em uma siderúrgica em Cubatão, onde haviam muitas pessoas trabalhando. Falou que o povo amapaense estava desassistido, enquanto levaram *“in natura”*, e reforçou que a AMCEL fazia da mesma forma. Disse que lutava para que fosse criada uma indústria de celulose no Amapá para a geração de empregos, porque não era justo as empresas utilizarem as terras da região utilizando máquinas, que reduzia o número de funcionários, levando toda a produção. Exemplificou a produção de peixes, no qual era preciso trabalhar o resíduo do peixe pra que ele pudesse gerar oportunidades para produzir a ração, na qual voltaria para o alimento do peixe. Exemplificou a produção do couro que produziria bolsas e sacolas, gerando empregos. Acrescentando, o Deputado Estadual **Jesus Pontes** disse que concordava com a fala do Professor Jurandyr no que se tratava da produção de grãos que parecia com o modelo do Paraná. Salientou que o Estado do Amapá convivía com a monocultura há muitos anos, como no caso do eucalipto ou pinos, e que não era positivo para a história do Estado do Amapá. Ressaltou que o agronegócio de grãos não era baseado somente na originação de grãos. Salientou que a limitação da área dependeria apenas do mercado, pois o Estado não teria a condição de limitar o tamanho de propriedade em produção. Discorreu sobre o caso do Paraná, no qual foi dividido pelas famílias sendo subdivididas de acordo com o aumento das famílias e, com isso, se tornaram propriedades pequenas com alta concentração de produção muito eficiente. Reforçou que



Governo do Estado do Amapá

não era apenas a originação do grão na região que interessava e sim, a verticalização. Comentou que adquiriu no ano de 2023 3 bilhões de reais de produtos que poderiam ter sido feitos dentro do Estado do Amapá. Discorreu sobre o plantio de soja, sorgo, milho entre outros grãos e reforçou que o que importava era a verticalização destes produtos. Falou que se isso não acontecer, o estado vai continuar mandando dinheiro para outros estados e, por consequência, as pessoas que foram em busca de oportunidades. Disse que o Amapá estava numa eterna espera, e que não poderia se manter assim, pois seria inviável para a comunidade. Em seguida, o **Pesquisador** ressaltou que concorda com a fala do Professor Jurandyr e ressaltou que o debate era muito importante. Falou que o mercado era muito dinâmico e haviam muitos produtores que estavam aguardando o zoneamento para que pudessem trabalhar as suas áreas na região. Destacou que o mercado era dinâmico e que a produção de soja não poderia ser inviabilizada, pois precisavam da soja para desencadear uma cadeia produtiva. Apresentou um levantamento sobre quanto um produtor de soja ganhava há três anos, no qual constava o valor abaixo de mil reais por hectare e, atualmente, o produtor conseguiria o valor máximo de três mil reais por hectare. Deu o exemplo de um produtor rural que atuava no plantio de mandioca e soja, e ressaltou o valor que o produtor recebia por cerca de vinte à trinta mil reais por hectare de mandioca. Salientou que a soja só viabilizaria em grande escala e que precisava do grão no Estado para que fosse desencadeada toda a cadeia das outras proteínas. Ato contínuo, foi convidado a realizar o seu questionamento o senhor Henrique Ulchack. Com a palavra o senhor **Henrique Ulchack** cumprimentou todos os presentes. Elogiou o debate sobre agricultura e disse que gostaria de mudar um pouco o tema para a parte Florestal do Estado. Apresentou-se como representante do setor florestal do Estado do Amapá, por meio do Sindicato das Indústrias de Base do Setor Florestal. Disse que contribuiria com alguns pontos para o debate sobre o setor florestal amapaense e que elencaria algumas perguntas. Pontuou que o Estado do Amapá possuía um potencial gigantesco e a uma vocação natural para o setor florestal e que este garantia sustentabilidade. Afirmou que era necessário se utilizar desses recursos. Relatou que havia uma quantidade enorme de empresas e de indústrias que estavam paradas no Estado e que sua atividade proporcionaria cerca de 3 a 5.000 empregos diretos. Afirmou que o tema foi pouco abordado durante o debate e que, essa quantidade de empregos e de renda - não somente no setor florestal, mas no setor do campo - levaria os primeiros recursos aos produtores dos assentamentos que, por meio do manejo florestal sustentável e da manutenção da floresta de pé, traria dignidade para as pessoas que ali viviam. Acrescentou que, além da produção primária das indústrias do setor florestal, precisavam agregar valor à matéria-prima e não apenas realizar a extração primária. Disse que, para isso, precisavam fazer a indústria primária funcionar já que tinham um potencial enorme, mas não dispunham do conhecimento sobre manejo florestal. Convidou a todos que não dispunham de conhecimento sobre manejo florestal que entrassem em alguma área na qual esse manejo era realizado, como a Floresta Nacional do Amapá – FLONA, a Floresta Estadual



Governo do Estado do Amapá

do Amapá – FLOTA e as áreas florestais particulares. Sobre o seu questionamento, disse: considerando que o Código Florestal determinava em vários artigos que o Plano de Manejo Florestal Sustentável, em áreas de agricultura familiar, deveria ter procedimentos simplificados, onde o ZEE estava contemplando essa simplificação? Existia a simplificação para pequenas áreas como os assentamentos? Relatou que esse procedimento injetaria na economia desse setor adormecido milhares de empregos diretos e indiretos, trazendo dignidade para muitos pais de famílias. Agradeceu e encerrou a sua fala. Em resposta, o Professor **Jurandyr Ross** disse que não conseguiria responder tudo que havia sido pontuado, mas que havia uma preocupação - desde o início do trabalho do ZEE - em manter a floresta em pé e que isso não significava deixá-la intocável. Acrescentou que a floresta era um bem de interesse público e de grande importância para a biodiversidade, destacando que essa era uma linha de pensamento importante nos contextos nacional e internacional e que o ZEE estava contemplando a história da atividade extrativa com Plano de Manejo. Ressaltou que estava escrita no documento a importância da verticalização do setor produtivo: madeira extraída, processada e exportada. Sobre a exploração seletiva da floresta, explicou que uma árvore grande retirada da floresta abria uma clareira e que estas se recuperavam muito rapidamente, captavam carbono e o agregavam no crescimento da planta e, por isso, a questão tinha dois lados e que não dava para fazer desmatamento com corte raso, pois não levaria a nada e traria apenas renda altamente concentrada. Exemplificou com a situação do eixo Marabá - Paraopebas que tinha muitos bois, mas não tinha nem pessoas, nem cidades. Eram apenas fazendas enormes e com milhares de cabeças de gado, mas sem vida, sem atividade econômica. Em seguida, a pesquisadora **Débora** disse que complementaria a fala do Professor Jurandyr Ross, pontuando que a questão do manejo florestal era muito importante, inclusive, para a captura de carbono. Disse que quando uma árvore chega a uma determinada idade, ela não servia mais para a captura de carbono, mas sim para virar um produto florestal madeireiro. Relatou que a SEMA tinha um programa que trabalhava 600.000 hectares de concessão florestal junto ao BNDES por meio de um edital, mas que também tinha a preocupação de cuidar dos pequenos produtores para o manejo Florestal e isso incluía não só a exportação de madeira como também a utilização dos produtos não madeiráveis. Enfatizou que, no dia, estavam com três técnicos se capacitando no município de Santarém-PA, aprendendo sobre a FLONA do Tapajós para pudessem trazer a experiência e implementar como plano de Governo no Amapá. Adiante, o Secretário de Estado da Pesca, senhor **Paulo Nogueira**, disse que faria uma contribuição bem rápida em relação à madeira. Relatou que as concessões eram feitas no Estado e que toda a madeira produzida ia embora. Disse que havia mais de 400 moveleiros no Estado Amapá que estavam passando necessidade e fome. Relatou que visitou alguns deles e que outros desistiram da atividade, mencionando que ele era um exemplo dessas pessoas que desistiram porque, do contrário, morreriam de desnutrição devido à falta de políticas públicas voltada para essa atividade. Disse que sentia a dor do moveleiro e também da mineração, pois



Governo do Estado do Amapá

toda essa riqueza saía do Estado sem gerar nenhuma contrapartida e que, se não abrissem os olhos para um modelo de produção com circulação interna de dinheiro e renda no Estado, teriam de comprar madeira e fora para construir suas próprias casas a um custo alto. Relatou que boa parte da madeira consumida no Estado vinha do Pará e que deveriam começar a produzir para dentro, o que ainda não acontecia. Agradeceu e encerrou a sua fala. Ato contínuo, o Secretário Luiz Otávio, acrescentou o tempo de vinte minutos à audiência, para que fossem respondidos mais dois questionamentos e informou que as demais questões seriam respondidas prazo de 30 dias e estariam disponíveis no sítio eletrônico do ZEE do Amapá. Em continuidade, o Técnico da Extensão Rural do RURAP, senhor **Adriano** deu boa tarde a todos os presentes. Parabenizou a iniciativa do Zoneamento Ecológico – Econômico e destacou que era uma necessidade que o projeto se concretizasse. Falou das várias preocupações que tinha relacionado ao assunto e trouxe a agricultura familiar como uma delas. Pontuou sobre um possível crescimento populacional no Estado do Amapá pelos próximos dez anos e questionou se as áreas contempladas pelo zoneamento foram pensadas numa projeção de crescimento populacional. Ressaltou a marginalização dos agricultores familiar, pois em suas áreas amazônicas foram discriminados em relação ao restante do país, pois possuíam 80% de preservação ambiental na área da Amazônia Legal, mas que no restante do país era 20% de preservação ambiental e reforçou que a marginalização se iniciava a partir deste ponto. Destacou os agricultores que foram multados por terem ultrapassado 20% de desmatamento. Questionou se o Zoneamento havia algum respaldo para o agricultor familiar, pois estudava-se a possibilidade de aumentar a área produtiva para 50% para o agricultor familiar e questionou se a causa foi pensada no planejamento. Em resposta, o Professor **Jurandyr Ross** disse que colocou no relatório técnico do projeto as recomendações das terras assentamento de reforma agrária rural, nas quais eram de fato áreas de mata e estavam com uma capacidade produtiva extremamente baixa. Relatou que visitou o eixo dos Municípios de Serra do Navio e Oiapoque e que foi lamentável a situação que encontrou. Salientou que estava aventada a hipótese de que nessas áreas especificamente poderia se pensar na redução de 80% para 50%, mas que não significaria ultrapassaria. E reforçou que esta informação estava presente no relatório. Reafirmou que era neto e filho de pequenos agricultores e sabia exatamente o que era ser um pequeno agricultor. Comentou que a capacidade produtiva destes pequenos agricultores ficava amarrada. Destacou que as somente terras não resolveria o problema dos assentamentos e agricultura familiar, mas sim a tecnologia, assistência técnica e sobretudo conseguir vender os seus produtos. Falou que toda a agricultura e pecuária que queriam ser produtivas e rentável, deveriam pensar quais seriam as oportunidades de mercado. Salientou a importância da integração do pequeno agricultor num sistema de cooperativa que funcione como uma empresa, para que fosse dado espaço à produção. Disse que quando era pensado em distribuição de renda no Brasil, o melhor estado que apresentava melhor distribuição de renda era o Estado de Santa Catarina, pois



Governo do Estado do Amapá

não possuía grandes propriedades, produzia soja e milho e áreas pequenas mas foram atrelados a sistema integrados. Ressaltou que o pequeno agricultor era dependente da indústria e que, se não fosse por este meio, um outro modo seria por cooperativa, mas que também, a cooperativa tinha que exercer um papel de indústria, pois não adiantaria se a cooperativa recolhesse todo o produto e exportasse sem processamento. Agradeceu. Ato contínuo, o senhor **Alexmar Costa Pacheco**, representante do grupo de Acadêmicos de Engenharia Agrônoma da Universidade do Estado do Amapá – UEAP foi convidado a realizar o seu questionamento. Cumprimentou todos os presentes. Disse que a discussão estava sendo muito proveitosa. Parabenizou a equipe de trabalho do ZEE e disse que não era fácil realizar um trabalho de pesquisa na cultura brasileira. Disse que, quando viram a proposta de ZEE do Estado do Amapá, o caracterizaram como um zoneamento econômico e ecológico agrário. Apontou o ZEE como uma fonte de conhecimento e que, futuramente, o documento poderia estar referenciado em seus artigos e planos de trabalho. Disse que, pelas muitas andanças pelo Estado, conheciam o agricultor, a área de produção (grãos, agricultura familiar, pequeno produtor) e que a Universidade tinha a preocupação de que soubessem - no conjunto da população brasileira - produzir alimentos de qualidade, sem agredir a natureza e seus ecossistemas. Apontou que a UEAP tinha essa grande preocupação na formação de seus engenheiros, pois a sociedade estava próxima de uma grande crise alimentar e que era preciso alicerçar a cadeia produtiva no Estado, justamente para que o estereótipo de “favela” dessas regiões (mencionado anteriormente), acabasse. Disse que tinham especificidades agrícolas bem definidas, que não se comparavam com aquelas da região Sul do país. Sobre a sua pergunta, disse: “como podemos produzir e nos desenvolver economicamente sem destruir ou minimizando os impactos para a natureza?”. Agradeceu e encerrou a sua fala. Em resposta, o pesquisador **Antônio Cláudio** disse que a pergunta representava a essência de todo o trabalho que vinha sendo construído com o ZEE. Disse que daria uma opinião pessoal, sob o ponto de vista da EMBRAPA, e que depois seria interessante que os demais interessados de outras instituições falassem. Afirmou que não era verdade que as muitas áreas protegidas do Estado inviabilizavam a produção. Disse que o Amapá tinha pequenos produtores de fruticultura, de mandioca e que a sua maioria que ainda não tinham problema de uso da terra (pois sequer tinham chegado aos 20% da área de reserva) e que precisavam apenas de tecnologia e assistência técnica. Disse que muitos produtores que haviam plantado açaí não conseguiram colher um cacho sequer e que, enquanto isso, a produção de mandioca era na casa de 7 toneladas e outras variedades tiravam 60 toneladas. Ressaltou que o produto, definitivamente, não era problema de limitação ambiental porque ainda nem haviam chegado lá, ressaltando que quando comessem a aumentar as áreas e a produzir em maiores quantidades precisariam adentrar um pouco as áreas de reserva, mas que esse era um problema futuro e que a questão fundiária era muito mais limitante que a ambiental. Reforçou que os produtores primários precisavam de tecnologia e de assistência técnica porque não tinham limitação ambiental,



Governo do Estado do Amapá

dado que suas áreas eram pequenas demais e que, se trabalhassem com culturas perenes, precisariam de áreas de plantio de – no máximo – 5 hectares. Destacou que era preciso muita intensificação e muito preparo, que apostava nas gerações futuras dos filhos dos agricultores que, com o uso da internet e que com a formação de profissionais pelas Universidades locais, trariam a base de conhecimento necessária para o sucesso da produção. Sobre os grandes produtores, ressaltou que talvez realmente tivessem algum problema, mas que o Amapá precisava ter uma produção diferenciada de outros Estados. Sobre grãos e soja, disse que muitos compradores estavam buscando a soja orgânica e não transgênica e que este seria um nicho de mercado muito importante para o ingresso do Estado do Amapá, trazendo um produto muito mais diferenciado. Reforçou, mais uma vez que a questão ambiental não era o problema e encerrou a sua fala. Ato contínuo, senhor **Luiz Otávio**, disse que encerraria as questões e que aquele havia sido um dia de grandes e diversos debates. Pontuou que haviam conseguido atender a muitos setores que estavam inseridos no ZEE e que isso enriquecia o diálogo e trazia um saldo muito positivo para a audiência. Para encerrar, convidou o Prefeito do município de Amapá, senhor Carlos Sampaio, para fazer as suas considerações. Com a palavra, o Prefeito **Carlos Sampaio**, parabenizou todos os que estiveram presentes até o final do evento. Saudou os professores e pesquisadores presentes, explicitando a importância da pesquisa, da ciência e da extensão para o desenvolvimento. Disse que era oriundo da extensão rural e que estava na condição política de Prefeito. Disse que se alegrava muito ao olhar e ver que estavam “batendo uma fotografia” do Estado que poderia ser diferente do passado e, provavelmente, do futuro, pois trabalhariam com informações precisas. Descreveu a agricultura familiar como incipiente e relatou que cada uma das famílias possuía cerca de 50 hectares terra, mas que suas condições não lhes permitiam trabalhar mais de 2, 3 hectares de terra. Disse que, se não investissem ciência e tecnologia, não haveria filhos de agricultores que quisessem dar continuidade ao trabalho, pois viam o sofrimento de seus pais neste sentido. Ressaltou a importância das instituições acadêmicas e de pesquisa que estavam presentes na Região dos Lagos, como a Universidade Federal do Estado, a Universidade do Estado do Amapá, a Universidade Federal Rural da Amazônia, a EMBRAPA e o IEPA. Pontuou que, antigamente, cada um pensava em suas próprias terras, mas que via a importância de, naquele momento, estarem juntos e se utilizando dos recursos disponíveis para fazerem um investimento preciso que fizesse a diferença na vida das pessoas do campo. Afirmou que, em 2023, o Estado do Amapá tinha importado 600 milhões em carne de frango e bovina e descreveu esse número como assustador e como uma oportunidade, simultaneamente. Relatou que o Estado nunca seria um grande produtor de soja ou de milho pelas condições limitantes que possuía, mas que não precisavam inserir essa produção na cadeia da avicultura, da suinocultura, da bovinocultura de leite e várias outras cadeias. Acrescentou que também precisavam produzir feijão, arroz e outros tipos de cultura. Afirmou que se sentia muito contemplado por todas as perguntas que foram feitas e que já vinham sendo contempladas há mais de duas décadas.



Governo do Estado do Amapá

Saudou o Governador Clécio Luís, afirmando que já havia conseguido alavancar muitas coisas durante o seu período de governo em diversas áreas. Especificamente sobre a área ambiental, disse que temas que eram proibidos – como mineração – estavam sendo discutidos e que, se ainda não estavam no cenário desejado, precisavam agir enquanto sociedade civil organizada para alcançá-lo. Remetendo-se ao Deputado Jesus Pontes, disse que conhecia o seu trabalho na Assembleia Legislativa, enquanto Presidente da Comissão de Agricultura. Saudou cada um dos pesquisadores novamente e disse que colocavam um pouco de esperança dentro de cada uma das pessoas que gostariam de ver o Estado pujante. Manifestou o desejo de que o Estado saísse da taxa de 13% da linha de pobreza e que isso só aconteceria com alimento na mesa, trabalho e emprego. Disse que via ali um trabalho feito por técnicos tucujus e que trazia esperança para aqueles interessados em investir e fazer o Estado se tornar mais igualitário para todos. Agradeceu e encerrou a sua fala. Por fim, o Secretário Luiz Otávio agradeceu à empresa Realiza pela estrutura por todo o apoio, às demais Secretarias de Governo, à SEMA, às demais instituições de Governo que viabilizaram a realização das três audiências públicas. Informou que a próxima audiência seria na Assembleia Legislativa, no dia 29 de maio. Não havendo mais nada a ser deliberado, declarou encerrada a Terceira Audiência Pública sobre o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Estado do Amapá. Para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos que a ela deram origem. Treze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e quatro.